

Entidades negam gastos com anistia

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Ao contrário dos 140 bilhões de cruzados anunciados por alguns comandantes militares, a anistia aos oficiais e marinheiros cassados em 1964 custará apenas 17,4 bilhões de cruzados, correspondentes a cinco anos de indenização, conforme prevêem várias emendas apresentadas ao texto do Centrão. Este e outros dados foram divulgados ontem, na Constituinte, por representantes de 15 entidades favoráveis à anistia.

No documento que distribuíram aos parlamentares, eles contestam os principais argumentos contra a ampliação do benefício. Além de refutar o alegado prejuízo financeiro, eles observam não ser verdade que os punidos reivindicam a reintegração, embora a medida tenha sido concedida a vários servidores civis. De acordo com o documento, a maioria dos cassados já atingiu a idade-limite para a reserva compulsória, e aqueles que poderiam voltar à ativa não o desejam.

ADIAMENTO

O adiamento quase certo da decisão sobre a anistia para a semana que vem agradou os ministros militares e seus assessores que trabalham junto aos parlamentares. Para eles, já foi constatado que, após a adoção de uma medida impopular, como a fixação do mandato de Sarney em cinco anos, o plenário da Constituinte tende a aprovar uma medida demagógica. O melhor exemplo nesse sentido seria a vitória da emenda que estabeleceu o teto de 12% para os juros, obtida logo após o Centrão e a União Democrática Ruralista (UDR) derrotarem as esquerdas na questão da reforma agrária. Os militares esperam que esse período de calma sirva para os constituintes refletirem e não aprovarem qualquer emenda ampliando a anistia.

Confiante na aprovação do texto do Centrão, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, embarcou ontem para a China, regressando ao País somente no dia 23.

PDT quer anular a reforma agrária

O líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro (RJ), entrou ontem com mandato de segurança no Supremo Tribunal Federal contra o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, acusando-o de violar o regimento interno. O deputado pretende com isso anular a votação referente à reforma agrária, porque, segundo ele, Ulysses submeteu à decisão do plenário requerimento de votação separada, do Centrão, com assinaturas irregulares de constituintes. O líder pedetista lembrou ter pedido a anulação do requerimento — a presidência da Mesa indeferiu-a — e acusa Ulysses de não ter enviado à Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo o recurso de 61 constituintes contra a decisão.

Cz\$ 1,8 bilhão de prêmio para Newton

Autoproclamado primeiro dos cincoanistas, o governador de Minas, Newton Cardoso, recebeu ontem em Belo Horizonte verba federal de Cz\$ 1,8 bilhão. Foi o ministro da Irrigação, Vicente Fialho, quem entregou os recursos a Newton, apesar de seu ministério participar com apenas Cz\$ 464 milhões. O restante será repassado pelo Ministério do Planejamento. Fialho justificou o repasse como retribuição “à determinação política e administrativa” do governador de Minas Gerais. Mas Newton, sem rodeios, agradeceu ao presidente José Sarney as “reiteradas manifestações de apreço, de carinho, para com o novo de Minas Gerais”.

Constituinte continua parada

A expectativa de Ulysses Guimarães de que a Constituinte retomasse ontem as deliberações, enquanto ele ainda exercia interinamente a Presidência da República, acabou frustrada. Embora a lista de presenças tivesse chegado a registrar 310 constituintes na casa, não houve em plenário o quórum mínimo de 280 parlamentares para votação. O mais provável, agora, é que somente na semana que vem sejam retomados os trabalhos, interrompidos logo após a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney.

A questão do mandato, aliás, ainda não foi completamente resolvida, pois resta votar cinco emendas para o art. 4º das Disposições Transitórias,

que antecede a polémica discussão sobre a anistia dos militares. Uma dessas emendas, do deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA), vincula à eleição para presidente — já decidida que será no próximo ano — a escolha de todos os demais cargos: de vereador, prefeito, deputado estadual e federal e senador. Já a emenda do deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) faz coincidir com a escolha do presidente apenas os demais cargos eletivos de nível federal. As outras emendas estabelecem, entre outras questões, diferentes condições para a candidatura dos governadores à Presidência da República, prevendo inclusive a possibilidade de eles poderem reassumir seus cargos nos estados, se forem derrotados.